

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Valor Econômico

[Título: Estatal vai tentar reduzir dívida de distribuidoras](#) 12

[Título: Justiça manda Petros fazer equacionamento mínimo](#) 26

Correio Braziliense

[Título: Privatização nos moldes da Vale](#) 7

Sumário

VEÍCULO: O Globo 2

Título: Nota 2

Título: Crime opera 150 postos de gasolina em S.P, diz Fecombustíveis 3

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo 4

Título: Petrobrás estima 3,3 bilhões de barris em área de Libra 4

VEÍCULO: Folha de S. Paulo 5

Título: Corte dos EUA tem 51 pedidos sobre Lava Jato 5

Título: Acerto entre gigantes busca elevar cotação global de petróleo 6

VEÍCULO: Correio Braziliense 7

Título: Privatização nos moldes da Vale.....	7
VEÍCULO: Valor Econômico	9
Título: Eletrobras quer sensibilidade do Congresso.....	9
Título: Estatal vai tentar reduzir dívida de distribuidoras.....	12
Título: Vendas de participações devem acontecer no 1º tri.....	14
Título: Nova economia ao ritmo latino	15
Título: Opep decide estender acordo de produção e petróleo avança 3%	17
Título: Indústria siderúrgica já projeta cenário melhor para próximo ano.....	19
Título: Ultra vê desafio em manter trajetória de crescimento	21
Título: Minério confirma resistência em novembro e sobe 16%	22
Título: Elizabeth Gaines vai assumir comando da Fortescue	24
Título: Curtas	25
Título: EUA elevam mandato para biocombustíveis	26
Título: Justiça manda Petros fazer equacionamento mínimo.....	26
Título: Concentração de IPOs em dezembro amplia pressão sobre a bolsa	28

VEÍCULO: O Globo

Seção: Rio/colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Nota

Jorrando na pesquisa

A penúria financeira da pesquisa, no Brasil, passa longe do setor do petróleo. Este ano, haverá mais de R\$ 1 bilhão para a área por causa daquela cláusula (PD&I) que obriga as petroleiras, nos contratos de concessão em grandes campos, a investirem 1% da receita bruta em pesquisa e desenvolvimento. Nos três primeiros trimestres deste ano, o valor alcançou R\$ 892 milhões, contra R\$ 866 milhões no total de todo o ano de 2016

VEÍCULO: O Globo**Seção: País****Autor: Daiana Costa****Título: Crime opera 150 postos de gasolina em S.P, diz Fecombustíveis**

Segundo presidente da entidade, facção explora atividade para lavar dinheiro

O presidente da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes (Fecombustíveis), Paulo Miranda Soares, disse que o setor enfrenta em São Paulo a concorrência desleal de, aproximadamente, 150 postos de combustíveis comandados pela facção criminosa PCC. De acordo com Soares, o crime organizado coloca os preços dos combustíveis abaixo da média do mercado para aumentar as vendas e maquiar a lavagem de dinheiro. A informação foi divulgada durante o seminário “Illegal, e daí?”, sobre ilegalidade, pirataria e contrabando, realizado ontem pelo GLOBO, em parceria com Extra, Valor e Época, no Hotel Prodigy, no Centro do Rio. — Começamos a mapear, com ajuda de grandes distribuidoras, que postos que praticavam concorrência predatória haviam mudado de dono, mas continuavam usando as suas bandeiras, mesmo comprando de outras companhias. Receptavam caminhões com combustível roubado e, quando as autoridades iam até lá, as ameaçavam. É uma fiscalização muito difícil de ser feita, porque estamos tratando com bandidos — explica Soares.

A descoberta foi feita a partir de uma reclamação sobre concorrência predatória feita por um associado em relação a um determinado posto. Segundo o presidente do sindicato, a principal finalidade dos postos comandados pelo PCC é a lavagem de dinheiro: — Como a tributação ocorre em cima do faturamento bruto, ele joga o faturamento lá em cima e fala que o posto deu lucro enorme sem ter dado lucro nenhum. O crime está lavando dinheiro ali, de roubo a banco, de assalto a carro forte. A descoberta desses postos irregulares levou à criação de uma força-tarefa em São Paulo, reunindo Secretaria de Justiça, Ministério Público, Instituto de Pesos e Medidas e Associação Nacional do Petróleo, para investigar essa rede ilegal. Segundo Soares, no entanto, o setor ainda não sentiu resultado “palpável”. O uso de postos de gasolina pelo PCC é um dos indícios de lavagem de dinheiro pela facção criminosa.

Em 2006, a Polícia Civil desbaratou um esquema de venda de combustível adulterado em postos de gasolinas em 44 postos da região metropolitana de São Paulo e no litoral. O esquema de compra dos estabelecimentos seria comandado de dentro do presídio de Presidente Venceslau, no interior do estado. Em 2010, uma operação da Polícia Civil lacrou 13 postos de gasolina pertencentes a Ney Santos, atual prefeito de Embu das Artes. De acordo com o MP, Santos teria “ocultado e dissimulado a propriedade de diversas empresas,

adquiridas com recursos provindos direta ou indiretamente do tráfico de drogas”. Outro dado apresentado no seminário aponta o Brasil na sexta posição de um ranking de 57 países em que fazer o transporte de carga é mais arriscado, realizada este ano pelo comitê de transporte de cargas do Reino Unido — o Join Cargo Committee.

O país só perde para regiões conflagradas e em guerra, como Síria, Líbia, Iêmen, Afeganistão e Sudão do Sul. Para o procurador do Ministério Público Federal José Maria de Castro Panoeiro, as quadrilhas de roubo de carga e contrabando estão estruturadas em cadeias de distribuição, que financiam grupos organizados: — Essa estrutura funciona como uma empresa. Em geral, ataca-se a ponta, mas isso não resolve o problema porque você prende um receptor que é só uma peça na engrenagem. Você tem que desmontar a máquina, mas precisa de um trabalho de investigação. Entre os cinco produtos mais roubados nas estradas do Rio de Janeiro está o cigarro. Neste mercado, a indústria estima que metade do que é vendido no país seja resultante de roubo ou contrabando. O seminário é patrocinado por Enel, Light, Sindicom e Souza Cruz.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes / Reuters

Título: Petrobrás estima 3,3 bilhões de barris em área de Libra

Total de barris se refere à porção noroeste de campo do pré-sal; extração foi iniciada no último domingo.

A estatal Petrobrás comunicou ao governo federal a existência de 3,3 bilhões de barris de petróleo que podem ser produzidos no campo de Libra, no pré-sal da Bacia de Santos. O volume, no entanto, é referente a apenas à região Noroeste da área total, que continuará sendo explorada pela estatal e sócios nos próximos 27 meses.

Assim que o reservatório foi descoberto, em 2010, a estatal já estimava a presença de 8 bilhões a 12 bilhões de barris na área. Até o momento, no entanto, a Petrobrás se limitou a conhecer e produzir na região noroeste, que batizou de Mero. Em comunicado distribuído ao mercado, a estatal informou que o petróleo encontrado é de alta qualidade e produtividade, além de ser muito valioso comercialmente.

O campo está localizado a cerca de 180 km da costa do Rio de Janeiro, em águas ultraprofundas. O Estado, portanto, será o principal beneficiado pelos royalties de Mero, principalmente, a partir de 2021, quando a produção de Libra deve ganhar escala.

Desde o último domingo, ainda em fase de teste, a extração ainda é pequena, de 10 mil a 40 mil barris por dia, como informou ao Broadcast/Estadão a PPSA, representante dos interesses da União no negócio e sócia no projeto. Até recentemente, a Petrobrás estimava iniciar a produção na região somente em julho deste ano.

O governo, que fica com uma fatia da produção, só deve começar a ganhar com Mero a partir de fevereiro de 2018. A empresa entrou para o fim da fila e deixou para os demais sócios as primeiras cargas, enquanto aguarda aprovação do Congresso Nacional para vender a sua fatia de óleo, provavelmente, aos parceiros de projeto.

Sociedade.

Libra, considerada a maior reserva de petróleo do Brasil, foi a primeira área a ser licitada sob regime de partilha de produção no Brasil, em 2013. Na época, a área foi arrematada pelo consórcio liderado pela Petrobrás, com participação de 40%, em parceria com a gigante anglo-holandesa Shell (20%), a multinacional francesa Total (20%), além das chinesas CNPC e CNOOC Limited, com uma fatia de 10% cada uma.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Corte dos EUA tem 51 pedidos sobre Lava Jato

Mercado Aberto

A Justiça dos Estados Unidos, que julga ações coletivas contra a Petrobras, aguarda a decisão do STJ (Superior Tribunal de Justiça) relativa a 51 pedidos para que envolvidos na Lava Jato deponham ou entreguem documentos. Nas cortes americanas correm processos que acionistas movem contra a estatal por considerar que a diretoria atuou contra os seus interesses, e alegam que isso ficou evidente com a Lava Jato.

Parte dos casos já foi solucionada —a Petrobras já fechou acordos relativos a 21 deles. A empresa provisionou US\$ 445 milhões (R\$ 1,46 bilhões) para esse fim. Entre as demandas na Justiça brasileira, delatores e empresas que fizeram acordo de leniência são a maior parte dos nomes que os americanos querem ouvir, mas há antigos diretores-executivos da estatal e até auditores.

Nesta semana, o STJ julgou dois pedidos: um para que a Galvão Engenharia apresentasse documentos e outra para ouvir um ex-executivo da Toyo Setal, Julio Camargo. Para que um brasileiro dê depoimento, um ministro do STJ precisa decidir se há pertinência e apontar um juiz federal para ouvir o testemunho dele no Brasil. Advogados que representam partes que foram chamadas a testemunhar disseram que não é interessante se pronunciar porque há risco de cair em contradição com o que já foi dito na Lava Jato.

O número de casos no STJ pode ser maior que 51 pedidos, pois há processos em segredo de Justiça.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Acerto entre gigantes busca elevar cotação global de petróleo

Países como Arábia Saudita e Rússia fecham acordo para manter em 2018 produção menor da commodity

Preço teve melhora nos últimos meses, mas está distante do patamar de 2014, quando foi a US\$ 100

DO "FINANCIAL TIMES"

Os maiores produtores mundiais de petróleo decidiram prorrogar o acordo quanto à redução em sua produção de petróleo para cobrir todo o ano de 2018, a fim de reduzir os estoques excessivos e manter os preços acima dos US\$ 60 por barril. A Arábia Saudita e a Rússia, cuja produção combinada responde por um quinto da oferta mundial de petróleo, se uniram para liderar um esforço de 24 países. A lista inclui tanto membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) quanto não.

O acordo, que prevê a redução na produção de petróleo em 1,8 milhão, expiraria em março, se uma prorrogação não tivesse sido decidida. O acordo significa que a Arábia Saudita e a Rússia, cuja produção combinada excede os 20 milhões de barris diários, mantiveram o compromisso entre o presidente Vladimir Putin e o rei Salman assinado no ano passado, que vem regendo os mercados de petróleo há 18 meses.

Khalid al Falih, ministro saudita da Energia, disse que se tratava de um acordo "sólido" que renovou o compromisso anterior e que "ele demonstrava o relacionamento" que há entre seu país e a Rússia no setor petrolífero. A decisão de prorrogar os cortes de produção será reavaliada na metade do ano que vem,

na reunião regular da Opep. "Reagiremos e responderemos a depender do desenrolar dos acontecimentos", disse Falih.

"Chegar a um acordo quanto a uma prorrogação por nove meses demonstra o sério compromisso da Rússia e da Arábia Saudita para com a redução dos estoques e a manutenção do preço", disse Ja-son Schenker, da Prestige Economics. Antes da reunião em Viena, a Rússia, o maior produtor de petróleo fora da Opep, vinha se desentendendo com outros países-membros do cartel sobre por quanto tempo prorrogar o acordo, que entrou em vigor em janeiro.

As companhias petroleiras russas vinham pressionando, em foro privado, por uma prorrogação mais curta, de seis meses, mencionando preocupações quanto a perder mercado para os produtores americanos de petróleo de xisto betuminoso, que foram revigorados pela recuperação de 30% que os preços registraram nos últimos 12 meses. O setor norte-americano de petróleo extraído do xisto betuminoso vem causando muita preocupação à Opep, desde que seu rápido crescimento deflagrou um colapso do preço da commodity.

O preço do barril tipo Brent (referência para os negócios da Petrobras) estava na casa dos 100 por barril em 2014. Depois de uma desaceleração inicial, quando os preços caíram para menos de US\$ 30 por barril no começo de 2016, o setor se recuperou neste ano, e os preços se estabilizaram atualmente na casa dos US\$ 60. As projeções de produção para o setor petroleiro ainda variam muito, porém, o que deixa em dúvida a direção em que o mercado caminhará é se a Opep e seus aliados terão de sacrificar parte de sua fatia de mercado, em seu esforço para escorar os preços.

O declínio da cotação de petróleo nos últimos anos se tomou uma ameaça para as contas públicas dos grandes produtores, que passaram a mostrar rombos até pouco tempo inimagináveis. A queda também ajuda a explicar a crise venezuelana, com calote da dívida pelo governo. Tradução de PAULO MIGLIACCI

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Política

Autor: Rosana Hessel

Título: Privatização nos moldes da Vale

O governo pretende privatizar a Eletrobras nos moldes parecidos com os da Vale, em que o controle é pulverizado. A proposta do **ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho**, foi encaminhada ao presidente da estatal, Wilson Ferreira Jr, na noite do dia 29 e divulgado ontem pela pasta.

O modelo prevê a capitalização da companhia por meio de emissão de ações

seguida da diluição da participação da União, que controla a empresa e estará proibida de comprar ou emitir papéis nesse processo. Essa operação, na avaliação de fontes do governo, permitirá que a Eletrobras volte a dar lucro e a investir. Não foi revelada a previsão de valor dessa transação.

Na avaliação do especialista Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), o modelo é bastante positivo e pode dar certo. Ele acredita que essa proposta, inclusive, pode acelerar o processo de privatização da Eletrobras, uma vez que a União está “quebrada” e não tem recursos para colocar na estatal, já que o governo prevê um rombo de R\$ 159 bilhões nas contas públicas neste ano e no próximo.

“Esse modelo faz sentido porque, politicamente, é mais digerível do que vender as usinas separadamente. Seria muito mais demorado e não há tempo a perder. O problema maior é sobrevivência da empresa, que está sem capacidade para investir e gerar mais emprego”, avaliou Pires. “O mercado tem de entender que, se nada for feito, estaremos caminhando para uma tragédia tarifária, financeira e física do sistema elétrico, correndo o risco de apagão.”

A empresa divulgou um fato relevante na noite de quarta-feira, depois de receber ofício do ministério com detalhes do modelo de privatização. “A proposta deste ministério prevê que a desestatização dar-se-á por meio de aumento de capital mediante subscrição pública de ações ordinárias, sendo vedado à União, direta ou indiretamente, por meio de empresa por ela controlada, subscrever novas ações decorrentes do aumento de capital”, disse o comunicado assinado pelo ministro Coelho.

As ações ordinárias da companhia registraram queda de 5,74%, ontem, após a divulgação oficial da proposta. Por ela, o governo terá a propriedade exclusiva da “golden share”, uma ação de classe especial com poder de limitar voto dos acionistas controladores e de garantir o direito de a União indicar o presidente do Conselho de Administração da estatal.

Até junho de 2017, os ativos do grupo Eletrobras somavam R\$ 170,5 bilhões e o endividamento total era de R\$ 45,8 bilhões, de acordo com dados da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento.

A ideia é que o processo de desestatização da Eletrobras seja conduzido por meio de um projeto de lei que será enviado ao Congresso Nacional e poderá criar uma empresa controladora da Eletronuclear e da usina binacional de Itaipu. Também deverá ser previsto nesse projeto a destinação de recursos para revitalização do rio São Francisco e para o programa Luz Para Todos, coordenado pela estatal.

A proposta ainda vai permitir que a Eletrobras assine contratos para suas hidrelétricas que renovaram as concessões em 2013, sob o chamado regime de cotas, implantado durante o governo da ex-presidente Dilma Rousseff por meio da medida provisória 579/2012, que reduziu a remuneração do sistema, que parou de investir e ficou descapitalizado. De acordo com o documento do MME, naquele ano, as usinas de Furnas e São Francisco registraram perdas operacionais da ordem de R\$ 10,3 bilhões por conta desse sistema instituído por Dilma sob o pretexto de vender energia mais barata.

Pires, do CBIE, elogiou o fim do regime de cotas e descartou a possibilidade de aumento da tarifa de energia com esse processo. Ele acredita que o governo poderá reduzir os impostos setoriais embutidos na conta de luz, “que não são poucos”. Para o especialista, quem for contra o processo não quer perder a boquinha dos cargos nas diretorias das 38 empresas do grupo, que são distribuídos para políticos e apoiadores do governo.

Sobra

A Eletrobras é a maior holding do setor elétrico da América Latina e a 16ª empresa de energia do mundo e uma das cinco maiores geradoras hidrelétricas do planeta. A capacidade instalada da companhia é de 47 gigawatts (GW) instalados em 239 usinas, o equivalente a 30,7% da capacidade de geração do Brasil, conforme dados do MME no documento enviado à estatal.

“O mercado tem de entender que, se nada for feito, estaremos caminhando para uma tragédia tarifária, financeira e física do sistema elétrico, correndo o risco de apagão”

Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Especial

Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia | Do Rio

Título: Eletrobras quer sensibilizar o Congresso

As incertezas quanto à força do governo em avançar com o processo de privatização da Eletrobras derrubaram as ações da companhia no pregão de ontem - as ONs caíram 6,30% e as PNs, 5,74% -, enquanto o prazo para aprovação do projeto de lei (PL) que vai criar as condições para isso fica cada vez mais apertado. Em entrevista ao **Valor**, o presidente da estatal, Wilson Ferreira Jr, disse esperar que a convergência de interesses entre a empresa, o governo e a sociedade sensibilize os deputados e senadores para aprovarem, o mais rapidamente possível, o texto sobre a desestatização da elétrica, que será apresentado em breve ao Congresso. Segundo ele, a emissão de capital da

Eletrobras será uma das dez maiores operações do tipo no mundo no próximo ano.

"Isso não é uma coisa que interessa apenas à Eletrobras, apenas ao governo ou apenas aos consumidores. Isso interessa a todos. Espero que essa convergência de interesses chame a atenção dos nossos representantes eleitos [no Congresso]", disse o executivo.

"O único grupo de pessoas que pode interferir nisso são os nossos representantes. Esses processos não serão mandados ao Congresso à toa. É lá, claramente, o local de discussão disso", completou Ferreira Jr, referindo-se aos projetos de lei de privatização do controle da empresa e da reforma do setor elétrico e à Medida Provisória sobre a repactuação do risco hidrológico, que compõem o arcabouço legal necessário para a desestatização da elétrica, aliada ao fim das cotas de 14 empreendimentos hidrelétricos do grupo, totalizando 14 mil megawatts (MW) de capacidade.

O executivo pediu "sensibilidade" ao Congresso sobre o tema. "Todas as autoridades do Executivo, a própria companhia, entendem que [o Congresso] é o local de debate e colocaram todas essas convergências à disposição dos congressistas. Difícil não ser sensível a isso", afirmou.

A "democratização" do controle da Eletrobras, como ele denomina a desestatização da companhia, vai dar fôlego financeiro à elétrica para fazer frente aos seus investimentos, ao mesmo tempo que vai assegurar recursos para o resultado fiscal do governo. A iniciativa, contou, também beneficiará o consumidor de energia, com redução das tarifas, por meio da "descotização" das hidrelétricas, e vai garantir recursos para a revitalização da bacia do rio São Francisco.

"Suponha que saia a descotização e não saia o negócio [projeto de privatização] da Eletrobras. Eu não terei como descotizar, porque não terei dinheiro e não vamos conseguir pagar esse benefício [ao Tesouro]. E, ao não pagar por esse benefício, o governo aumentará o seu déficit, porque ele havia considerado algum ingresso pela venda dos bônus de outorgas desse negócio", explicou o presidente da Eletrobras.

'A privatização não interessa apenas à Eletrobras, ao governo ou aos consumidores. Isso interessa a todos'

"Qualquer falha na execução desses negócios, como são muito convergentes, estão muito entrelaçados, desassiste a todos", completou. Segundo ele, sem a privatização, a empresa não tem condições de fazer investimentos e pagar pela

descontização das usinas, o que implicará na não redução da tarifa de energia para os consumidores.

De acordo com o executivo, as usinas que operam sob regime de cotas, embora tenham um valor fixo relativamente baixo, geram um custo ao consumidor de R\$ 200 por megawatt-hora (MWh), devido à exposição ao fator de ajuste de garantia física (GFS na sigla em inglês). Ele ressaltou que, quando as usinas forem descontizadas, o custo delas para o consumidor, segundo informações na mídia, será de cerca de R\$ 160/MWh, e a Eletrobras ficará com o risco do GSF.

Ferreira Jr. afirmou que a emissão de capital da companhia tem potencial para estar entre as dez maiores operações do tipo no mundo em 2018. Segundo ele, poucas operações no próximo ano serão do porte da que o governo planeja para a Eletrobras, por meio da qual prevê arrecadar R\$ 12,2 bilhões, conforme consta do orçamento da União.

"Uma operação de R\$ 12 bilhões, de US\$ 4 bilhões, não é uma operação irrelevante. [Haverá] pouquíssimas operações de US\$ 4 bilhões no mundo ano que vem. Menos de dez, com certeza. Essa [emissão de capital], se for feita nesse volume, será uma das dez maiores operações no mercado de capitais no ano que vem", afirmou Ferreira Jr.

A expectativa do presidente da Eletrobras é que todo o arcabouço legal que sustentará a emissão de capital pela Eletrobras seja aprovado ainda no primeiro semestre de 2018 e que a operação possa ocorrer na segunda metade do ano.

Nesse horizonte, Ferreira Jr. destacou a necessidade de que a modelagem de desestatização da companhia seja bem definida, com as aprovações necessárias no Congresso. "O uso desses recursos [da emissão de capital] e o impacto que esses recursos vão dar na Eletrobras, no seu futuro, vão estimular as pessoas a aplicarem nessa ideia, ou não. Em um negócio de US\$ 4 bilhões você não pode errar", completou.

'Quem vai propor a forma de cisão de Itaipu e Eletronuclear é a Eletrobras, que terá que submeter à assembleia'

Ferreira Jr. ressaltou ainda que, durante a operação de emissão de capital, a Eletrobras terá opção de aumentar o tamanho da oferta de ações, tanto na emissão primária quanto na secundária, se houver uma demanda maior que a esperada. "O que caracteriza essa excepcionalidade é ter uma oferta bem sucedida. Ela [operação] tem que, de alguma maneira, prever uma condição que seja favorável à companhia."

Com relação à segregação de Itaipu e Eletronuclear, ativos que não farão parte da Eletrobras privada e poderão ser transferidos para uma nova estatal, a

própria Eletrobras será responsável pela modelagem da cisão dessas empresas. "Quem vai propor a forma de tirar [segregar Eletronuclear e Itaipu] é a Eletrobras, que terá que submeter isso à assembleia. Só nós podemos cindir uma empresa de nossa propriedade", explicou Ferreira Jr.

A Eletrobras deverá contratar consultorias para auxiliar na cisão das empresas. Segundo o executivo, porém, a expectativa é começar os trabalhos sobre o modelo de cisão das empresas apenas no início do próximo ano, após a definição dos processos relativos à modelagem de venda das seis distribuidoras no Norte e Nordeste, à venda das participações em sociedades de propósito específico (SPEs) e à elaboração do novo plano de negócios da companhia. "Temos uma agenda muito intensa".

O modelo de cisão deverá conter uma solução para o patrimônio líquido da Eletronuclear, que está negativo em R\$ 4,5 bilhões. A empresa só poderá ser separada da Eletrobras com o patrimônio líquido positivo.

Questionado sobre a situação da companhia de geração de energia nuclear, que desde outubro está pagando parcelas mensais de R\$ 30 milhões ao BNDES relativo a juros da dívida de construção de Angra 3, que até hoje não foi concluída, Ferreira Jr contou que a Eletrobras tem feito aportes na subsidiária. "Estamos acompanhando a Eletronuclear. Enquanto isso estamos colocando dinheiro [na empresa]. Nós temos uma obrigação como controladores da companhia", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Especial

Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Estatal vai tentar reduzir dívida de distribuidoras

A Eletrobras vai se esforçar para minimizar o montante da dívida das distribuidoras que terão que ser absorvidas pela holding no processo de privatização dessas empresas, disse, em entrevista exclusiva ao **Valor**, o presidente da estatal, Wilson Ferreira Junior. Para isso, será necessária a publicação de uma Medida Provisória (MP) elaborada pelo **Ministério de Minas e Energia (MME)** que permita que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) acelere a fiscalização de créditos que essas concessionárias dizem ter a receber com fundos setoriais.

Na entrevista, Ferreira indicou que a Eletrobras não deve aceitar o modelo elaborado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na forma como foi proposto, com o risco de assunção de quase R\$ 20 bilhões em dívidas, pelo efeito adverso que isso teria em seu endividamento.

"Essa questão não é um capricho nosso", disse o executivo, se referindo à decisão tomada pelo conselho de administração da companhia na semana passada, de pedir um prazo adicional para avaliar o modelo proposto.

O problema não está no modelo, mas no processo de fiscalização que a Aneel está fazendo em R\$ 8,5 bilhões em créditos que as seis distribuidoras de energia da Eletrobras têm a receber dos fundos setoriais Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e Conta de Consumo de Combustíveis (CCC).

Pelo modelo, a Eletrobras vai assumir R\$ 11,2 bilhões em dívidas das seis distribuidoras, permitindo que elas sejam privatizadas com endividamento menor. No entanto, depois de avaliar o modelo, o conselho de administração da holding estatal decidiu pedir prazo extra para avaliá-lo, pelo risco de que esse montante atinja R\$ 19,7 bilhões, porque há o risco de que os R\$ 8,5 bilhões em créditos (que correspondem a igual volume em dívidas) sejam questionados no processo de fiscalização.

A expectativa da Eletrobras é de que a Aneel possa acelerar esse processo de fiscalização, e incorpore, por exemplo, uma decisão que a Amazonas Energia obteve em segunda instância garantindo o recebimento de quase R\$ 2 bilhões em créditos.

A solução para a aprovação do modelo passa também pela publicação da MP que vai tratar do risco hidrológico (medido pelo fator GSF, na sigla em inglês), que já saiu do Ministério de Minas e Energia há quase um mês mas ainda não foi encaminhada ao Congresso, por uma falta de acordo com a equipe econômica do governo.

A MP vai tratar de alguns pontos que devem permitir que a Aneel libere parte desses créditos. Por exemplo, algumas distribuidoras da Eletrobras não receberam os créditos referentes à energia gerada depois do vencimento de alguns contratos, pois novos leilões de geração não foram feitos para "oficializar" essa geração. A Aneel não pode liberar os créditos pois o regulamento não atende, e a MP vai resolver isso, dando amparo legal ao pagamento.

"O tempo de um mês é um prazo necessário para que a MP seja publicada e tenhamos algum tipo de reconhecimento [dos créditos]", disse Ferreira Jr.

A alternativa seria manter a dívida nas distribuidoras e contar que, até abril, quando acontecerá o leilão de privatização das empresas, o impasse sobre os créditos será, ao menos parcialmente, resolvido. "Mas é um risco", disse o presidente da Eletrobras.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Especial****Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito | Do Rio****Título: Vendas de participações devem acontecer no 1º tri**

A Eletrobras espera concluir as vendas das suas participações minoritárias já nos primeiros meses do ano que vem, devido ao forte interesse demonstrado pelos sócios da companhia em adquirir esses ativos.

"Esse procedimento [de venda] tem uma burocracia própria, mas minha expectativa é que a conclusão da venda ocorra no primeiro semestre do ano que vem. Idealmente, no primeiro trimestre", disse, em entrevista ao **Valor**, o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Jr.

A venda das participações em 74 sociedades de propósito específico (SPEs) nas quais a Eletrobras é sócia minoritária é fundamental para que a companhia atinja a meta de redução de endividamento, para uma relação entre dívida líquida e resultado antes juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) inferior a 3 vezes até dezembro do ano que vem. Ao fim de setembro, a alavancagem da estatal estava em 4,1 vezes, ligeiramente acima da meta deste ano, de 4 vezes.

"Os 21 controladores das nossas SPEs estão demonstrando interesse forte nos ativos", afirmou Ferreira Jr. Segundo o executivo, ao menos metade deles já procurou a companhia dizendo ter interesse nas aquisições.

Os ativos incluem projetos de geração de energia eólica e de transmissão. O BTG Pactual e o escritório de advocacia Souza Cescon foram contratados para fazer a modelagem da operação, que será submetida ao conselho de administração da companhia no dia 15 deste mês.

No setor de transmissão de energia, a Eletrobras pode ter um revés contábil, relacionado à mudança no pagamento das indenizações de ativos antigos de transmissão ainda não amortizados, que foram renovados em 2012 nos termos da Medida Provisória 579.

Quando as transmissoras prorrogaram as concessões, ganharam o direito de receber pelos investimentos ainda não amortizados. A forma do pagamento, no entanto, só foi definida ano passado, quando uma portaria ministerial decidiu que os montantes seriam pagos em oito anos, por meio dos reajustes tarifários. Nessa metodologia, o total a ser pago via tarifa chegaria a cerca de R\$ 65 bilhões. Os grandes consumidores industriais questionaram a decisão e conseguiram liminares na Justiça contra o aumento nas contas de luz.

A Eletrobras reconheceu R\$ 25 bilhões referentes às indenizações em seus resultados de 2016. A conta, porém, pode ficar diferente com a proposta em elaboração pelo governo para encerrar a judicialização. Os pagamentos serão feitos em um prazo maior, ao longo de 30 anos. Já o índice de correção do valor, que era o custo de capital, será substituído pelo custo médio ponderado de capital (Wacc), uma taxa inferior.

Segundo Ferreira Jr, a mudança no prazo e na taxa deve ter algum tipo de efeito na companhia, que teve lucro em 2016 por causa do efeito contábil das indenizações lançadas no balanço. Se o Wacc se provar menor que a taxa utilizada anteriormente, "haverá sim um efeito contábil de baixa", disse.

Além disso, como o prazo de pagamento será maior, a expectativa de entrada de caixa na companhia não vai se concretizar. "Isso tem impacto no endividamento líquido, porque entra menos caixa do que o previsto. Mas, por enquanto, não tem nenhum impacto", afirmou Ferreira Jr.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião

Autor: Juliana Lopes

Título: Nova economia ao ritmo latino

Uma visão de país alicerçada no crescimento verde, em que políticas econômicas e ambientais estão integradas e têm como objetivo conduzir as estratégias nacionais por trajetórias de descarbonização. Se essa ambição ainda parece muito distante do Brasil, não podemos dizer o mesmo dos outros países do continente. Das últimas oito iniciativas de precificação de carbono anunciadas no último ano, seis vêm das Américas.

O México foi o primeiro país latino-americano a introduzir um imposto de carbono, em 2013. Em 2014, foi a vez do Chile anunciar impostos verdes, incluindo um imposto de carbono de US\$ 5 por tonelada no setor de energia e em 2015 a Colômbia seguiu o mesmo caminho, e já cobra imposto de carbono de US\$ 5 por tonelada de combustíveis fósseis.

A reforma tributária colombiana prevê o aumento de 1% ao ano desse imposto. Espera assim reduzir 4,3 bilhões de toneladas de emissões de carbono entre 2017 e 2030, contribuindo para o objetivo climático firmado pela Colômbia no Acordo de Paris. No Chile, esse sinal de preço já foi suficiente para que as empresas de energias do país anunciassem que não farão mais nenhum investimento em térmicas, focando aportes futuros em energias renováveis.

Dessa forma, México, Chile e Colômbia se uniram a mais de 40 países que já contam com um mecanismo de precificação de carbono. Segundo levantamento do Banco Mundial, os governos de todo o mundo arrecadaram mais de US\$ 20 bilhões por ano em 2015 e 2016 com impostos sobre o carbono e sistemas de comércio de emissões. Se os preços do carbono se elevarem a níveis consistentes com os objetivos do Acordo de Paris, essas receitas podem atingir mais de US\$ 100 bilhões, proporcionando uma contribuição substancial para os países financiarem a transformação necessária para conduzir suas economias por rotas de baixo carbono.

As lideranças desses países, bem como especialistas fiscais, economistas e ambientalistas se reuniram em Bogotá em outubro para analisar como os ministérios das finanças da América Latina podem usar e projetar melhor os instrumentos fiscais que mitigam o impacto das mudanças climáticas.

Chama a atenção a ausência do Brasil nessas discussões para uma economia de baixo carbono. Por aqui o tema está a cargo de um projeto do Ministério da Fazenda, que planeja estudos sobre os efeitos da adoção da precificação na economia para tomada de uma decisão sobre a adoção de um mecanismo do tipo somente em 2019.

As experiências dos vizinhos mostram a mudança climática pautando a agenda comercial e econômica e demonstram também que é possível romper a inércia com políticas fiscais que dão os sinais de preços na forma de impostos de carbono, combinados a incentivos

Não é coincidência que nossos vizinhos estejam seguindo trajetórias parecidas. Membros ou candidatos à OCDE, que traz o desempenho ambiental como um de seus pilares, eles encontraram na agenda de crescimento verde uma narrativa eficiente para integrar políticas econômicas e ambientais e gradualmente estão conseguindo abordar a mudança climática como um eixo transversal para o planejamento estratégico e formulação de políticas envolvendo aspectos econômicos, ambientais, sociais e tecnológicos.

Junto a outros 34 países, eles assinaram a Declaração sobre Crescimento Verde, da OCDE, em 2009, em que "fortaleceram seus esforços para trabalhar estratégias de crescimento verde como parte de suas respostas à crise e reconhecendo que o crescimento e o crescimento verde podem caminhar lado a lado". No âmbito da Aliança do Pacífico, México, Chile, Colômbia e Peru discutem um mercado de carbono das Américas. Para atingir esse objetivo colaboram para criar uma cultura, e então um sistema de medição, reporte e verificação de emissões.

No entanto, o próprio setor privado brasileiro tem sinalizado a favor de um mecanismo antes de 2019. No entendimento de empresas líderes de vários setores que assinaram o posicionamento Iniciativa Empresarial em Clima, a precificação contribuiria para fortalecer a competitividade brasileira.

O protagonismo do setor privado pode ser observado na prática de precificação interna de carbono, ou seja, na incorporação voluntária dos preços das emissões adotada por muitas empresas como forma de conduzir melhores decisões de investimentos e estratégias resilientes às mudanças climáticas. Segundo o relatório "Embedding carbon pricing into strategy" do CDP, mais de 1500 corporações de todo o mundo já adotam um preço de carbono interno ou pretendem fazê-los nos próximos dois anos. No Brasil, enquanto em 2015 27 empresas adotavam ou pretendiam adotar a precificação interna, em 2016 esse número subiu para 47.

As decisões que empresas, investidores e governos estão tomando hoje em áreas estratégicas como energia e infraestrutura vão definir seu curso de desenvolvimento. Por isso, incentivar um preço do carbono na economia é fundamental. Líderes do setor público e privado estão encontrando formas inovadoras de superar os riscos percebidos e levantar capital para seus projetos de baixo carbono. Trata-se de um chamado à liderança do século XXI, aqueles que mais rápido adaptarem suas estratégias a essa nova realidade conseguirão fortalecer a sua competitividade em um ambiente marcado por drásticas mudanças regulatórias, tecnológicas e sociais e parâmetros físicos do clima.

As experiências dos vizinhos mostram a mudança climática pautando a agenda comercial e econômica e demonstram também que é possível romper a inércia com políticas fiscais que dão os sinais de preços na forma de impostos de carbono, combinados a incentivos econômicos futuros por meio de sistemas de comércio de emissões. Eles têm sido mais habilidosos nessa dança, que começa a ganhar ritmo assim como a cumbia colombiana. Se o Brasil continuar tímido no que diz respeito a políticas fiscais e econômicas relacionadas à nova economia de baixo carbono corre o risco de ficar sem "par" na nova dinâmica comercial.

Juliana Lopes é diretora do CDP Latin America e responsável pelas atividades da organização na região.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás | De São Paulo

Título: Opep decide estender acordo de produção e petróleo avança 3%

O que todo o mercado esperava foi confirmado: a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) estendeu seu acordo para cortar a produção, de março até dezembro do ano que vem. Em novembro, a expectativa dessa prorrogação foi o que impulsionou os preços da commodity, chegando a levar a cotação do barril ao maior patamar em quase dois anos e meio.

O segundo contrato do Brent - atualmente, para entrega em fevereiro do ano que vem - obteve ganhos de 2,8% durante o mês, chegando a US\$ 62,63 o barril. Na máxima do mês, de US\$ 63,47, subia 4,2%, e bateu o maior nível desde junho de 2015. Já o WTI registrou alta de 5,2% e terminou novembro em US\$ 57,45.

Conforme ficou claro, ao longo de todo o mês, que a Opep e seus parceiros continuariam com o acordo, os investidores aumentaram suas posições compradas, com aposta na alta dos preços. Essa especulação financeira bateu recorde e ajudou a impulsionar a cotação.

A casa de análise de dívida corporativa CreditSights montou um modelo para saber quanto a expectativa sobre o acordo ajudou na valorização da commodity. Segundo o analista Brian Gibbons, de 15% a 20% do preço atual se referem ao risco geopolítico, tanto no caso do Brent quanto no do WTI. "Esse vai ser o fator decisivo da cotação que veremos em 2018", afirma.

Na opinião de Gibbons, não há fundamento econômico que justifique o petróleo no patamar atual. Como exemplo, resalta que, sozinhos, Estados Unidos, Brasil e Canadá atendem a todo o aumento de demanda esperado para o ano que vem. Para ele, o WTI valendo cerca de US\$ 50 seria mais justificável, podendo cair a US\$ 40 dependendo das tendências de momento de fornecimento e consumo.

Ontem, o cartel informou que vai seguir cortando a produção em 1,8 milhão de barris por dia, juntamente com grandes parceiros como a Rússia, em relação ao observado no fim do ano passado. O trato original era de que a redução valeria até março do ano que vem, prazo estendido para dezembro. Entretanto, as autoridades vão se reunir em junho e podem revogar o acordo, caso o equilíbrio desejado do mercado já tenha sido alcançado.

Para o banco suíço Julius Baer, é preciso olhar com cautela esse aumento da confiança do investidor sobre o petróleo. "Enxergamos mais riscos de baixa do que potenciais de alta", afirma Norbert Rücker, diretor de análise em commodities. O grande problema é que, apesar de os cortes da Opep ajudarem a reduzir estoques globais, também animam produtores não convencionais a intensificarem a atividade.

A maior ameaça nesse sentido é a exploração do xisto nos Estados Unidos. Para a consultoria especializada Rystad Energy, o país terminará o ano com média de 9,9 milhões de barris extraídos por dia, próximo à marca histórica de 10 milhões de barris.

Segundo a instituição, a menor produção observada especialmente entre agosto e outubro deixou o uso de capacidade dos poços atualmente operacionais nos menores níveis recentes, o que mostra que a volta pode ser rápida. "A diferença entre a capacidade e a produção propriamente dita excedeu 300 mil barris por dia, o que não era visto há muitos anos", afirma a Rystad.

Mas a ameaça pode ser menor que a esperada. Para efeito de comparação, a projeção oficial da Agência de Informações sobre Energia dos EUA é de 9,72 milhões de barris diários. A própria Rystad, em relatório publicado em junho, apostava que as produtoras americanas ultrapassariam os 10 milhões de barris em dezembro- e agora reduziu levemente sua previsão.

Para a Rystad, é muito provável que a aceleração nos EUA durante o começo do ano que vem exija maiores concessões da Opep para equilibrar o mercado.

Thomas Pugh, economista da Capital Economics, se mostra cético quanto à eficácia do acordo da Opep. Nas contas dele, mais de metade do efeito benéfico que os cortes podem trazer ao equilíbrio entre demanda e oferta vai se esvaír com o aumento da exploração americana.

O objetivo do cartel é trazer os estoques mundiais para a média observada nos últimos cinco anos, meta para a qual ainda faltam 190 milhões de barris. "Mas mesmo que a produção tenha essa barreira da Opep até o fim do ano, prevejo um pequeno excesso de oferta por causa dos volumes fora da organização", explica Pugh. "Acredito que, por conta disso, veremos alta, e não queda, dos estoques em 2018."

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Bruno Villas Bôas | Do Rio

Título: Indústria siderúrgica já projeta cenário melhor para próximo ano

A indústria brasileira de aço já começa a trabalhar com números mais positivos para o ano que vem. O Instituto Aço Brasil divulgou ontem, durante evento de fim de ano, que as vendas ao mercado interno brasileiro devem crescer 4,1% em 2018, somando 17,41 milhões de toneladas. O consumo aparente deve subir 4,9%, para 20,1 milhões de toneladas. Não foram apresentadas previsões para a produção do setor em 2018.

Segundo Marco Polo de Mello Lopes, presidente do Instituto Aço Brasil, o melhor desempenho do setor no próximo ano será liderado pela demanda das montadoras brasileiras por aços planos e alguma recuperação da demanda do setor de construção.

As projeções apresentadas para 2018 apontam para um desempenho melhor mesmo após as revisões divulgadas ontem. Em julho, o Instituto Aço Brasil previa queda de 1,2% das vendas internas da indústria neste ano, frente a 2016. Na estimativa apresentada ontem, passou a prever crescimento de 1,2% das vendas internas de aço em 2017, para 16,72 milhões de toneladas.

Segundo o instituto, essa revisão é fruto da melhor expectativa das montadoras locais, cuja produção tem crescido em função do aumento das exportações. A Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) previa aumento de 11,9% na produção em junho deste ano. Essa projeção foi revisada para 25,2% em setembro.

Com a ajuda do setor automobilístico, a indústria de aço passou a prever um crescimento de 9,2% na sua produção em 2017, para 34,15 milhões de toneladas de aço bruto. Em julho, a expectativa era de um crescimento mais modesto, de 3,8%. Além das melhores vendas, o desempenho considera a participação da Companhia Siderúrgica de Pecém (CSP), de placas de aço, que é exportadora.

"Isso não significa que estamos vivendo um bom momento. De janeiro a outubro, o setor produziu 8,5% a mais de aço bruto frente ao mesmo período do ano passado. Sem a CSP, esse crescimento teria sido bem menor, de 3,4%", explicou Alexandre de Campos Lyra, presidente do Conselho Diretor do Aço Brasil.

Segundo o Instituto, com toda a expectativa de crescimento neste e no próximo ano, a indústria siderúrgica não recupera a queda de 32,2% das vendas internas no período de 2013 a 2016. A expectativa é de voltar ao patamar de vendas de 2013 somente em 2028.

Lopes disse que uma das saídas para manter um nível mínimo de operação tem sido a exportação. A expectativa é que elas cresçam 14,5% neste ano, em comparação a 2016. Mais uma vez, boa parte desse avanço também se deve à CSP.

O executivo defende que o governo corrija assimetrias competitivas, como os elevados custos financeiros e cumulatividade de tributos. Outra questão apontada como relevante é a elevação da alíquota do Reintegra, de 2,5% para

5%, de forma a ressarcir os resíduos tributários embutidos nas exportações. Esse resíduo estaria em 7%.

Neste quesito, o Instituto selecionou três escritórios de advocacia para acionar judicialmente a União. "Dia 14 de dezembro temos reunião para ultimar a elaboração do processo", disse Lopes.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes | De São Paulo

Título: Ultra vê desafio em manter trajetória de crescimento

Um dos grandes grupos empresariais do país, o Ultra vê hoje como desafio a manutenção da trajetória de crescimento contínuo, exibida ao longo de sua história, em um cenário de transformação. Em sua primeira aparição pública à frente da Ultrapar, o presidente Frederico Curado disse entender que o ambiente externo muda, com impacto nos negócios. "Esse ambiente pode ser tanto de desafios quanto de oportunidades. Acreditamos que 2018 será um ano positivo no Brasil", afirmou o executivo, em encontro com analistas e investidores ontem em São Paulo.

Curado, que assumiu oficialmente a presidência do Ultra em outubro, ressaltou que manter a expansão dos negócios, a partir de uma base cada vez maior, também é desafiador. Um aspecto positivo é que todos os cinco negócios do grupo - Ipiranga, Ultracargo, Ultragaz, Oxietno e Extrafarma - têm perspectiva de crescimento. "O grupo tem capacidade de geração de caixa que suporta esse crescimento e um bom pagamento de dividendos. Temos otimismo em relação ao futuro", destacou.

Conforme Curado, há demandas de investimentos que vão gerar "crescimento com qualidade" em todos esses negócios. Na Ipiranga, há grande potencial de expansão a partir do embandeiramento de postos. A Extrafarma tem um plano de expansão acelerada do número de lojas. Na Ultracargo, projetos em curso têm potencial de ampliar em 30% a capacidade nos próximos três anos.

"A geração de caixa dos negócios tem capacidade de suportar [esses projetos] e será usada em grande parte para isso", afirmou. Ao mesmo tempo, o grupo segue firme na defesa da compra da Liquigás pela Ultragaz, um caso "tecnicamente bastante sólido", disse Curado, ao ser questionado sobre alocação de capital. "Novas aquisições e internacionalização são um processo contínuo de análise e oportunidades surgem", afirmou.

Nos próximos anos, a Extrafarma, comprada no fim de 2013, passará a ter representatividade "muito grande" nos negócios do grupo, segundo o diretor-superintendente da rede de varejo farmacêutico do Ultra, André Covre. O crescimento acelerado da rede, explicou, faz com que parte grande das lojas ainda esteja em maturação (dentro do prazo de cinco anos após a abertura). "Isso onera os resultados no curto prazo, porque o faturamento do primeiro ano é de 45% do seu potencial contra uma despesa que representa 100% do potencial", explicou. No longo prazo, porém, haverá crescimento significativo de faturamento com o benefício de ganho de escala. Nos últimos 12 meses, foram abertas 88 lojas, para um total de 366.

Na Ipiranga, a rede de postos bandeira branca no país, que no fim do ano passado compreendia cerca de 17 mil unidades, traz implícito um potencial de crescimento "relativamente mais fácil" e "representa ótima oportunidade", de acordo com o diretor-superintendente da rede de distribuição de combustíveis da Ultrapar, Leocadio Antunes Filho.

Para aproveitar essa oportunidade, a Ipiranga passou a usar ferramentas de inteligência digital para avaliar o universo de postos disponíveis e identificar potenciais alvos de aquisição, que tragam ganho à Ipiranga. "Isso permite, mais do que olhar o potencial quantitativo, fazer a prospecção com maior qualidade e efetividade. Isso nos assegura uma mais consistente criação de valor", afirmou Antunes Filho.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás | De São Paulo

Título: Minério confirma resistência em novembro e sobe 16%

O minério de ferro, depois de perder fôlego e cair por dois meses consecutivos, se recuperou no mês passado. Os preços do produto com pureza de 62% entregue no porto chinês de Qingdao - uma das principais referências do mercado - avançaram 16,4% em novembro, fechando em US\$ 68,13 por tonelada, segundo a "Metal Bulletin". Desde abril de 2016 não havia uma alta mensal tão forte.

Com isso, o insumo segue valendo mais do que os analistas calculavam. A maioria das projeções ainda aponta para nível de US\$ 55 na média do último trimestre, mas esse patamar encontra-se atualmente em US\$ 62,60.

Olhando a média anual, o desempenho é ainda melhor, de US\$ 71,39. É a maior desde 2014, quando a cotação média foi de US\$ 96,83, confirmando 2017 como o ano em que houve reversão da derrocada de preços das matérias-primas.

Mesmo assim, a commodity já esteve mais forte neste ano. Sobre o terceiro trimestre, a média de outubro e novembro representa queda de 12,4%, e na comparação anual, de 11,2%. Além disso, a baixa acumulada durante 2017 até agora ainda é de 13,6%.

Ao **Valor**, Hui Shan, vice-presidente do Goldman Sachs e especialista em commodities, disse que o preço deve seguir forte. Nos cálculos do banco, o minério fecha o ano em US\$ 60. Os cortes de capacidade siderúrgica poluente na China têm feito as usinas locais operarem ao ritmo máximo para aproveitar o aço mais caro, consumindo minério de melhor qualidade.

"Em segundo lugar, a demanda e as expectativas de consumo futuro ainda estão sólidas, puxando os preços do minério e do aço", acrescenta Shan. "Nosso caso básico é que no ano que vem os preços do minério de ferro fiquem menores, dada a desaceleração no crescimento da construção na China e o fim dos cortes de produção do aço."

Em 12 meses, o banco acredita que a cotação cairá para US\$ 50.

Os chineses são os maiores fabricantes de aço do planeta e o minério de ferro, sua principal matéria-prima. Sua economia, entretanto, está diminuindo o ritmo e, assim, a perspectiva é que haja uma demanda menor do que se esperava anteriormente. Ao mesmo tempo, é esperado aumento nas exportações do minério de Austrália e Brasil, os maiores produtores do mundo.

Por enquanto, a demanda continua dando sinais de resistência. O banco alemão Commerzbank lembra que mais uma vez a indústria acelerou a atividade em novembro. De acordo com a instituição, o aumento no Índice de Gerentes de Compras (PMI, na sigla em inglês) oficial da China, que subiu no mês passado, ajudou também a impulsionar o minério.

Para os metais não ferrosos, por outro lado, novembro foi negativo, devolvendo largos ganhos observados nos meses anteriores. Os contratos futuros de três meses do alumínio caíram 5% na Bolsa de Metais de Londres (LME, na sigla em inglês), para US\$ 2.048 a tonelada, enquanto o cobre recuou 1%, para US\$ 6.762, o níquel teve perdas de 6,4%, para US\$ 11.110, e o zinco, desvalorização de 2,8%, para US\$ 3.156.

Os analistas estão chamando esse movimento de baixa de uma correção. Os metais tiveram ganhos acima do que os analistas consideravam justificável pelos fundamentos econômicos.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Jamie Smyth | Financial Times, Sydney****Título: Elizabeth Gaines vai assumir comando da Fortescue**

O Fortescue Metals anunciou que promoverá sua diretora executiva financeira, Elizabeth Gaines, ao posto de executiva-chefe, numa remodelação administrativa que acontece num momento em que a mineradora enfrenta dificuldades devido à desvalorização de seu principal produto, o minério de ferro, por conta da baixa concentração.

Elizabeth substituirá Nev Power, que deixa o cargo em fevereiro, após sete anos. Julie Shuttleworth será a nova vice-presidente executiva. Assim, a quarta maior exportadora de minério de ferro do mundo passa a ter uma das equipes gerenciais mais diversificadas em termos de gênero no setor.

Andrew Forrest, presidente do conselho da Fortescue, disse que as nomeações foram feitas com base em mérito e competência, e não em distinções de gênero. A Fortescue é atípica, no setor de mineração, por ter a maioria do seu conselho formado por mulheres, em um setor que continua sendo predominantemente masculino. As mulheres constituem, em média, um quarto dos conselhos de administração das empresas australianas.

Forrest também sinalizou que a empresa deverá colocar em prática uma estratégia de diversificação, com foco no marketing de minério de ferro de maior qualidade e possivelmente dedicando-se à extração de outros minerais. "No futuro, a maior parte da produção da Fortescue terá mais que 60% de conteúdo de ferro, competindo nos mercados de alto qualidade", disse Forrest. "Esse objetivo será alcançado mediante o projeto de substituição [da mina] Firetail, sem perder o foco da empresa em minas com vidas mínimas de 20 anos."

A Fortescue está buscando opções para substituir a mina de minério Firetail, na região de Pilbara. Isso permitirá oferecer produto de maior qualidade aos clientes que aceitam preços mais altos. O principal tipo de minério da Fortescue tem teor de ferro de 58%, que tem valor bem menor no mercado.

Medidas de repressão à poluição por parte do governo chinês levou as usinas siderúrgicas a exigirem minério de ferro de maior qualidade, que tendem a ser menos prejudiciais ao ambiente. Em outubro, a Fortescue revisou sua orientação para o ano todo quanto ao preço médio alcançado por seu produto para uma faixa de 70% a 75% do índice de referência da indústria, que é fixado para minério com teor de 62% de ferro.

O Deutsche Bank disse em nota, nesta semana, que os dados de exportação para outubro e novembro indicam que o desconto sugerido está se mantendo e deverá atingir as exportações de minério de baixa qualidade, ao passo que o produto de qualidade mais elevada apresenta forte demanda.

"Dados portuários chineses mostram que os estoques da BHP Billiton e da Rio Tinto permanecem estáveis, ao passo que o da Fortescue cresceu. O minério de baixa qualidade permanece sob pressão ", disse Paul Young, analista da Deutsche.

Forrest afirmou que a Fortescue está enfrentando a questão dos descontos nos preços, que, admitiu, surpreendeu a empresa. Ele disse que a mineradora já teve algum sucesso na comercialização de seu produto de minério de ferro na Europa, embora 95% de seu minério continue sendo exportado para a China.

A Fortescue também está avaliando oportunidades de diversificação em outros minerais e começou a explorar lítio e cobre.

Com a remodelação na administração da Fortescue, seu diretor de operações, Greg Lilleyman, foi promovido a diretor executivo de operações. O ex-executivo da Rio Tinto foi citado como candidato a substituir Power. Ian Wells, que trabalha como gerente de grupo de finanças corporativas, será nomeado diretor financeiro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

ANP aprova venda

A ANP aprovou a transferência de 10% de participação da Queiroz Galvão Exploração e Produção no bloco BM-S-8 (Carcará), na Bacia de Santos, para a Statoil. A venda foi realizada em 11 de julho por US\$ 379 milhões, com pagamento de 50% em até 10 dias após a aprovação pela ANP e demais órgãos competentes. Assim, US\$ 189,5 milhões serão pagos em 2017. O Cade aprovou a operação no dia 5 de setembro. O saldo remanescente será pago em duas parcelas. A primeira de 12% após a outorga do contrato de partilha da área adjacente do bloco. A segunda, de 38%, após acordo de individualização de produção ou unitização.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Agronegócios****Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo****Título: EUA elevam mandato para biocombustíveis**

A Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (EPA, na sigla em inglês) estabeleceu para 2018 um mandato de biocombustíveis maior que o inicialmente proposto, já que elevou a parcela para os celulósicos - produzidos com biomassa. Contudo, a agência não alterou o restante da cota dos biocombustíveis "avançados" (categoria na qual se encaixa o etanol de cana) e reduziu pela metade sua estimativa para a importação de etanol brasileiro.

O mandato estabelecido é de 19,29 bilhões de galões de biocombustível, sendo 4,29 bilhões de galões de "avançados" (que emitem menos gás carbônico que os convencionais). A proposta anterior para os "avançados" era de 4,24 bilhões de galões. A mudança foi resultado apenas do aumento do mandato para os celulósicos, estabelecido em 288 milhões de galões, ante proposta inicial de 238 milhões de galões.

Sem considerar o mandato para celulósicos e para o biodiesel, a cota para os demais "avançados" permaneceu igual ao inicialmente previsto, em 1,902 bilhão de galões.

Em documento, a EPA previu que os EUA importarão do Brasil 100 milhões de galões de etanol, metade do previsto para 2016 e para 2017.

valor.com.br

Íntegra da matéria sobre o mandato americano para biocombustíveis em www.valor.com.br/u/5213717

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Finanças****Autor: Juliana Schincariol | Do Rio****Título: Justiça manda Petros fazer equacionamento mínimo**

O Sindicato dos Petroleiros do Estado de São Paulo (Sindipetro-SP) conseguiu uma vitória na Justiça contra a Petros, fundo de pensão dos funcionários da Petrobras, a respeito de uma ação civil pública em que contesta o plano de equacionamento do déficit de R\$ 27,7 bilhões do plano de benefício definido PPSP. A entidade solicitou que o ajuste seja feito pelo valor mínimo de R\$ 7

bilhões, calculado somente sobre o resultado negativo de R\$ 16 bilhões em 2015.

Para o sindicato, o equacionamento proposto tem impacto "avassalador" para os participantes e beneficiários. A contribuição de um aposentado que recebe R\$ 9 mil, por exemplo, vai passar de R\$ 686,33 para R\$ 2.262,92. A juíza Fabiana Marini acatou o pedido, considerando também uma manifestação favorável do Ministério Público Federal. "A aplicação do desconto como previsto para o próximo mês trará significativo prejuízo aos participantes do plano de previdência", diz a juíza.

A decisão tem validade na região em que o sindicato atua. Além de São Paulo, contempla Goiás e o Distrito Federal. A Petros foi notificada na quarta-feira e vai recorrer. Segundo o fundo de pensão, no momento a liminar não tem impacto na implementação do plano.

O equacionamento ainda depende da aprovação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest) e também precisa passar pelo crivo do **Ministério de Minas e Energia** e da Petrobras. O entendimento inicial era que os descontos começariam ainda neste ano. Mas tudo ainda depende destes procedimentos.

O presidente da Petros, Walter Mendes, afirmou ao **Valor** que a fundação atendeu uma orientação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) de que seria importante evitar contribuições futuras ao elaborar o plano. O valor estabelecido, de quase R\$ 28 bilhões, considera os déficits de 2013 a 2015 atualizados até dezembro de 2017.

"O pior para o participante seria fazer equacionamentos sucessivos", disse. Mendes lembrou que à medida que o número de participantes e a duração do plano diminuem, quem permanece tende a pagar valores mais altos em caso de novos equacionamentos.

A fundação adiou o plano em um ano - com autorização da Previc - e chegou a propor alterações nas normas do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC). Uma das ideias era estender o prazo de 18 anos para até três vezes a duração do plano.

"O plano é insustentável sem o equacionamento", disse, lembrando que o valor a ser equacionado representa 27% do patrimônio do PPSP. Ele compara o rombo a um elevador quebrado. "Se isso acontece, o condomínio cobra primeiro uma taxa extra e vai apurar os problemas", disse. Ainda assim, ponderou, nunca haverá consenso de que o caso estará devidamente

solucionado. "Nós estamos apurando o problema dos investimentos. Mas quanto tempo isso vai demorar na Justiça?".

Mendes afasta a possibilidade de que o valor do déficit seja revisto no curto prazo. Valores em processo de recuperação, como a indenização da J&F, de R\$ 1,75 bilhão, serão considerados para reduzir esse montante. Neste caso, o pagamento será em 25 anos e corrigido pelo IPCA, abaixo da meta atuarial. No momento, a Petros aguarda autorização judicial para receber a primeira parcela, de R\$ 8,4 milhões. Os recursos da venda da fatia na Eldorado Celulose, de cerca de R\$ 600 milhões, vão ser utilizados, mas o valor também é pequeno frente ao tamanho do rombo.

Mendes não fala sobre o processo arbitral contra a Petrobras. De qualquer forma, uma eventual vitória levará tempo para ser concretizada, assim como uma venda de sua fatia na Invepar.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Juliana Machado e Lucinda Pinto | De São Paulo

Título: Concentração de IPOs em dezembro amplia pressão sobre a bolsa

Uma sequência de três ofertas iniciais de ações em apenas três dias pode trazer pressão adicional a uma bolsa que já vem sofrendo com as preocupações acerca do futuro da reforma da Previdência. Entre 12 e 14 de dezembro, BR Distribuidora, Neoenergia e Burger King farão operações que podem alcançar, juntas, R\$ 14,2 bilhões, considerando o teto da faixa de preço das ofertas e também os lotes extras, o maior volume mensal no ano e também para um mês de dezembro desde 2004. Além desses IPOs, no dia 12, a Sanepar fará uma oferta subsequente de ações, que deve movimentar R\$ 942 milhões.

As quatro empresas têm despertado o interesse de investidores, tanto locais quanto estrangeiros, por apresentarem "boas histórias". Mas gestores reconhecem que as condições atuais da bolsa podem exercer alguma influência sobre o preço dessas operações. Também, o volume alto das ofertas pode levar a um movimento de venda de ações, especialmente de gestores de fundos, para fazer caixa e participar dos IPOs, reforçando a pressão negativa sobre um mercado já fragilizado.

Pelo ponto médio da faixa indicativa de preço dos três IPOs, o giro ficaria em R\$ 9,5 bilhões, ainda assim mais alto que os R\$ 8,5 bilhões levantados em ofertas primárias em julho, até aqui o mês de maior volume mensal de 2017, quando IRB, Omega, Carrefour e Biostoscana abriram o capital. Mas vale lembrar que, na ocasião, a bolsa já iniciava a trajetória positiva que levaria o Ibovespa ao

recorde histórico de 78.024 pontos, marcado em outubro, após o baque registrado em maio, com a delação da JBS. Em julho, a alta foi de 4,81%, após avanço de 0,3% em junho.

Em novembro, a bolsa inverteu a trajetória, acumulando perda de 3,15%, e deve iniciar o mês de dezembro ainda reagindo ao quadro político carregado de incertezas. Além disso, enquanto houve ingresso de R\$ 3,1 bilhões de capital externo na bolsa em julho, novembro acumula saída líquida de R\$ 2,39 bilhões até dia 28, último dado disponível.

Para Fabio Carvalho, chefe de renda variável da CM Capital Market, as condições mais estreitas do mercado, com menor presença de estrangeiro e oscilações negativas dos preços, deixam a bolsa mais sensível aos movimentos de ajuste de posições que investidores podem realizar para participar das operações. "O investidor local, que tem participado de forma muito mais ativa dos IPOs neste ano do que os estrangeiros, não tem dinheiro novo para participar das operações. Então, é natural que ele venda outras ações para fazer caixa", afirma. Com um mercado mais frágil, diz, esses movimentos exercem uma pressão adicional.

É bom ressaltar que essa dinâmica não pode ser considerada responsável pela queda da bolsa. Mas, em um momento de maior aversão ao risco e busca por proteção, a realocação entre ativos para entrada nos IPOs acaba representando componente adicional para perdas.

O fato de alguns fundos terem ampliado posições recentemente em bolsa e operarem hoje com menor nível de caixa explica a necessidade de ajustes de posições. "Temos um patrimônio definido e se vemos uma empresa mais barata vindo à bolsa ou uma oportunidade melhor de investimento, trocamos no portfólio", diz o gestor de um grande fundo, que prefere não ter a identidade revelada.

Mas há também situações em que o fundo opta por diversificar exposição em determinado setor e vender ações de uma empresa correlata àquela que está fazendo a oferta. É o caso clássico entre BR Distribuidora e Ultra. "Se tem uma empresa em IPO mais barata que outra empresa comparável já listada, faz sentido reduzir a posição nessa companhia e entrar na oferta, correndo todos os riscos de alocação e de performance de uma empresa 'nova'", explica o profissional.

Apesar de os modelos de negócios dos três IPOs serem muito diferentes, a concentração das ofertas no mesmo período também força certa dispersão entre os investidores, que se veem na obrigação de escolher a empresa mais

adequada às suas estratégias. "A disponibilidade de recursos é finita e não há como o investidor participar de tudo", diz outro gestor.

Embora as condições de mercado estejam mais negativas, gestores consultados pelo **Valor**, que acompanham de perto as operações, não veem risco de suspensão das ofertas previstas em dezembro. Mas acreditam que cresce a chance de os preços de venda saírem no piso ou, em alguns casos, um pouco abaixo deles. "Ajudar, não ajuda, mas não é um impeditivo", diz Fabio Motta, gestor de renda variável da Western Asset Management, ao comentar a queda recente da bolsa. "Algumas empresas podem ter que revisar o preço." Já o fato de as operações acontecerem num prazo tão curto de tempo deve ter pouco impacto sobre a demanda. "São cases muito diferentes, não vejo canibalização."

Já Joaquim Oliveira, sócio do escritório Souza Cescon, vê risco de dispersão dos investidores, especialmente por causa do gigantismo da operação da BR e em um ambiente de humor mais pesado do mercado. Por ora, apesar de se tratar de uma empresa estatal, o risco político ainda deve ter um efeito limitado. "Não vejo preocupação adicional neste momento."

Para outro gestor, as condições atuais de mercado "atrapalham" as ofertas de ações. Ainda assim, ele acredita que, por serem empresas atrativas, haverá demanda. "O mercado vai tentar reduzir o preço para o piso, mas acho que as operações são relevantes para as companhias e, por isso, não acredito que elas irão adiar as operações", diz. **(Colaborou Carolina Mandl)**

MME / ASCOM .